

**MAURÍCIO ANTONIO TAMER**

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Advogado.

**O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE  
DA JURISDIÇÃO NO DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO**

**GZ**  
EDITORA

Rio de Janeiro  
2017

1ª edição – 2017

© Copyright  
Maurício Antonio Tamer

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T162p

Tamer, Maurício Antonio

O princípio da inafastabilidade da jurisdição no Direito Processual Civil Brasileiro /  
Maurício Antonio Tamer. – 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.  
296 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN: 978-85-9524-009-4

1. Processo civil - Brasil 2. Direito processual civil - Brasil. I. Título.

17-40217

CDU: 347.91./95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela  
EDITORA GZ

contato@editoragz.com.br  
www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 - sala 202 - 2º andar – Centro  
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil por Alvolaser serviços de impressão  
Printed in Brazil by Alvolaser serviços de impressão

## SUMÁRIO

<i>Sobre o autor</i> .....	XV
<i>Prefácio</i> .....	XVII
INTRODUÇÃO .....	1
1. PREMISSAS HISTÓRICAS E FUNDAMENTAIS.....	5
1.1. Da autotutela ao protagonismo da jurisdição estatal.....	5
1.2. Jurisdição: conceito, características e finalidade.....	14
1.3. As garantias do Poder Judiciário .....	23
1.4. A positivação do princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	25
1.5. O Projeto de Florença e as três ondas de acesso à Justiça .....	31
1.6. A predileção pela denominação <i>princípio da inafastabilidade da jurisdição</i> ....	34
2. O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO .....	39
2.1. Natureza principiológica.....	39
2.2. O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal: uma visão geral .....	45
2.3. A inafastabilidade da jurisdição como direito fundamental.....	49
2.4. A ameaça de lesão a direito.....	61
2.5. Direitos metaindividuais ou coletivos <i>lato sensu</i> .....	63
2.6. Atividade adequada e efetiva e a instrumentalidade do processo, a técnica processual e a cooperação no Código de Processo Civil de 2015 .....	69
2.7. Destinatários .....	88
2.8. Direito de ação.....	92
2.9. Direito de petição .....	102
2.10. Direito de defesa .....	104
2.11. Inafastabilidade da jurisdição e a atividade administrativa .....	106
2.12. Breves conclusões .....	118
3. INTEGRAÇÃO PRINCIPOLÓGICA.....	121
3.1. Princípio do devido processo legal.....	121
3.2. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	130
3.3. Princípio da indeclinabilidade da jurisdição .....	136

3.4. Princípios do juiz natural e da imparcialidade do juiz.....	139
3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	144
3.6. Princípio da duração razoável do processo .....	153
3.7. Breves conclusões.....	157
<b>4. PONTOS PERTINENTES E EXEMPLIFICANTES.....</b>	<b>161</b>
4.1. A técnica das cláusulas gerais.....	161
4.2. O julgamento de improcedência liminar do pedido.....	166
4.3. As tutelas provisórias: o regime do Código de Processo Civil de 2015 e a inconstitucionalidade das leis que impedem a concessão de tais medidas contra a Fazenda Pública.....	173
4.4. O ônus da prova, suas regras de distribuição e a teoria da carga dinâmica da prova disposta no art. 373, §1º, do Código de Processo Civil de 2015.....	185
4.5. A ação civil pública .....	195
4.6. A Justiça Desportiva prevista no Texto Constitucional .....	207
4.7. A arbitragem.....	210
4.8. A adoção do modelo multiportas pelo Código de Processo Civil de 2015.....	221
4.9. Negócios jurídicos processuais.....	224
4.10. As comissões de conciliação prévia na Justiça do Trabalho.....	232
4.11. Os procedimentos executivos extrajudiciais da Lei de Alienação Fiduciária nº 9.514 de 1997 e do Decreto-Lei nº 70 de 1966.....	234
4.12 A usucapião administrativa da Lei nº 11.977 de 2009 e a usucapião extrajudicial estabelecida pelo Código de Processo Civil de 2015.....	251
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>257</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>265</b>